

## POR UMA ANTROPOLOGIA INCONVENIENTE E PERIFÉRICA

---

*Data de aceite: 28/03/2023*

**Estêvão Rafael Fernandes<sup>1</sup>**

Universidade Federal de Rondônia

**RESUMO:** Este texto pretende propor uma agenda epistemopolítica para a Antropologia desde a Amazônia, entendida aqui como espaço periférico, latino-americano, original e radical. Nesse sentido, buscamos defender a ideia de que a renovação, ampliação e consolidação das ciências sociais brasileiras parte, necessariamente, das instituições periféricas, em especial em um contexto de acirramento de discursos autoritários e da adesão irrestrita, ainda, ao colonialismo interno – epistêmico, inclusive.

**PALAVRAS-CHAVE:** Epistemopolítica. Amazônia. Periferia.

### ADAGIO

Este texto traz algumas inquietações, da forma mais solta, despreziosa e honesta possível. Afinal, são poucos os foros que nós, que produzimos ciências sociais na Amazônia, temos para uma

real troca de ideias. Quase sempre, quando nos cruzamos, são em eventos regulados por instituições acadêmico-científicas localizadas política, epistêmica e sociologicamente, nos grandes centros do país. Nós, que produzimos antropologias no Norte e Nordeste, temos nosso próprio norte, localizado mais ou menos ali, pelo trópico de Capricórnio, por gente que se pensa a partir do meridiano de Greenwich ou coisa que o valha.

De modo geral, não temos tempo para conversar. Cientistas sociais localizados em instituições periféricas precisam conciliar aulas, orientações e pesquisa com inúmeras e infinitas tarefas administrativas e pareceres sobre os mais diversos problemas. Ironicamente, nossos empregos atrapalham nosso trabalho, em instituições as quais muitas vezes já nasceram sucateadas e com quadro técnico reduzido. Cai aí a primeira ilusão: fazer ciências sociais aqui, é não contar com

---

1. Pesquisador produtividade PQ2 do CNPq, a quem agradeço pela bolsa.

secretários e técnicos nos departamentos para receberem processos, atenderem alunos e alunas, nos atualizarem dos acontecimentos e novidades em reuniões de conselhos, ou fazer solicitações simples de manutenção de ar condicionado em uma sala de aula ou de um *Datashow* para alguma aula. Assoviamos e chupamos manga de uma forma e em uma intensidade que só nós entendemos. Isso não significa que colegas lá embaixo não passem por isso, claro, mas a naturalização da escassez é algo estrutural em nossas vidas cotidianas em um nível para além do “precário”.

A falta de tempo para conversarmos se alia a outra: a de dinheiro. Não temos financiamento de instituições locais de fomento à pesquisa por *n* razões: elas também não têm dinheiro; ou estão loteadas por políticos locais – os quais não são particularmente atraídos pelas ciências humanas -; ou possuem poucos recursos disponíveis, quando muito, para ciências da natureza ou para editais mais relacionados ao “mercado”. Sobre recursos provenientes de editais de fomento nacionais, a mesma coisa: editais muitas vezes direcionados, critérios de julgamento nem sempre transparentes, comissões diversas focadas em manter espaços, dinheiro e privilégio nos lugares de sempre... Um bom exercício de sociologia da ciência é, por exemplo, ver de que regiões são as instituições os diretores de área e membros de comitês de CNPq e Capes, ou mesmo de nossas entidades representativas. Não há diversidade regional e, quando há, são sempre - e não consigo enfatizar isso mais: S-E-M-P-R-E – as mesmas pessoas falando *sobre* a Amazônia como se tivessem conhecimento de tudo o que se faz, pensa e produz na região mas, no fim das contas, trata-se de manter o próprio espaço ou de acolher as próprias redes de orientação a essas estruturas de poder.

Aliás, em se tratando de editais nacionais, temos que lidar com ainda com a filosofia do “farinha pouca, meu pirão primeiro”: com boa parte dos pareceres vem de colegas situados em instituições “capricornianas”, a ideia é manter o máximo de recursos disponíveis por lá, diminuindo impactos do que produzimos, dizendo que não orientamos o suficiente, nossos programas não tem conceito *Qualis* bom o bastante (aliás, nunca tinha percebido como nosso índice de qualidade tem nome de margarina), nossas pesquisas tem impacto local, ou – e eu já li isso em um parecer – nossos projetos sequer podem ser considerados ciência. Nossas revistas não são boas o bastante, nossos eventos não têm impacto, nossas redes não vão além do regional... As mesmas pessoas que, na academia, não manifestam preocupação pública em mudar essa estrutura são as mesmas que fazem um auê para assinarmos mais um manifesto ou nota de repúdio quando surgem mudanças que lhes atingem na distribuição de bolsas ou nos critérios de avaliação institucional. Nossas passagens para eventos nacionais e internacionais têm preços abusivos, somos sub-representados, questões urgentes para nossos docentes como emprego, obrigatoriedade

do ensino de sociologia no ensino médio, perseguições diversas a profissionais das humanidades em rincões inóspitos... nada disso causa o mesmo tipo de comoção do que tirar uma bolsa de um Programa central, ou a não renovação de alguma coisa que, até ontem, nem sabíamos que existia. Novamente, farinha pouca...

## SE IDENTIFICOU?

Poder escrever isso é terapêutico. Depois de dois anos isolado em casa, por conta da pandemia, tive tempo para pensar em alguns desses pontos com calma. Quase sempre tomamos fazer ciências nessas paragens de meu Deus como terra arrasada. Me lembro de uma velha piada que, em alguma medida, sintetiza bem o que passamos por aqui, acentuado hiperbolicamente durante a crise da Covid... Conta-se que, ao morrer, Joãozinho foi para o inferno e, lá chegando, o diabinho guia o recebeu, dizendo que, afinal, as coisas no inferno não eram tão ruins assim. Tinha-se, inclusive, a opção de escolher dois infernos: o europeu e o brasileiro. No europeu, Joãozinho foi apresentado a uma fila de 2 ou 3 almas penadas com um prato na mão. “Veja bem” – disse o diabo guia a João – “aqui, no inferno europeu, todos os dias as almas têm que comer uma colher de sobremesa de cocô”. Joãozinho então foi levado para conhecer o outro inferno, o brasileiro. Lá, ao contrário do europeu, havia uma multidão de gente, inclusive com fila na entrada querendo uma vaga. “Aqui, no inferno brasileiro” – explicou o diabo – “todos os dias é servido um prato fundo, repleto de bosta até o topo, que deve ser comido todo de uma vez”... Joãozinho, então, ficou sem entender e perguntou ao diabo: “mas então o cocô aqui deve ser mais gostoso do que no europeu.. porque lá há de se comer pouca bosta, e quase não havia fila. Aqui, por outro lado, mesmo com todo esse cocô, tem gente saindo pelo ladrão...”. O diabo então riu e explicou: “Não é isso... é que no inferno europeu, todo dia tem cocô. No brasileiro, quando tem cocô, não tem prato; quando tem prato, não tem quem sirva; quando tem quem sirva, não tem panela, ou não tem gás, ou o fogão quebrou...”. Por mais tosca que seja essa piada, ela ilustra bem como foi dar aulas nessa pandemia: ter computador ou celular para nossos alunos e alunas era parte do problema, mas como acolher os que moram em áreas remotas, com pouca ou nenhuma conexão; ou com luz instável; ou sem conhecimentos mínimos de como operar plataformas de reunião online? Não que em nosso cotidiano presencial as coisas sejam muito diferentes... nossos *campi* no interior, mais do que nas capitais, são mal atendidos de ônibus, quase não há bolsas ou auxílios o suficiente (pois os recursos vêm a partir das “taxas de sucesso” de nossas universidades), restaurantes universitários, estrutura etc. O tempo todo somos comparados com os capricornianos, ou com os institutos federais, ou com as particulares...

Não se trata de tão-somente lamentar essa situação. Trata-se de aprender com ela até porque, como dizia minha avó, tem mais caroço nesse angu.

## ALLEGRO

Há algo que li há uns anos e não me recordo da fonte, peço que me desculpem – acho que foi Ann Stoler ou Robert Young, mas posso estar enganado (quase sempre estou). Mesmo que você, que me lê, delete este texto de sua mente após lê-lo, lembre-se desta frase: periferias funcionam como laboratórios para modernidade.

Isso deveria ser um mantra... “periferias funcionam como laboratórios para modernidade”, “periferias funcionam como laboratórios para modernidade”...

Essa frase tem várias interpretações possíveis, a depender do contexto no qual escrevemos. A minha, aqui, é esta: se os olímpianos da academia brasileira olhassem para fora de seus umbigos e percebessem o que acontecia nas instituições pequenas e periféricas, veriam o tamanho da crise que viria. Se essa de “farinha pouca”, em época de farinha nenhuma... inferno brasileiro, lembra?

E aí vem minha grande tese neste pequeno texto:

**A RENOVAÇÃO, AMPLIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS CIÊNCIAS SOCIAIS BRASILEIRAS PARTE, NECESSARIAMENTE, DAS INSTITUIÇÕES PERIFÉRICAS.**

O que isso significa? Basicamente, que o fortalecimento de redes de profissionais (vejam bem, não falo apenas de pesquisador\_s ou acadêmic\_s, mas profissionais, incluindo Funai, Iphan, Incra, MP, docentes da rede básica etc); maior distribuição de recursos; convites para composição de dossiês, coletâneas, eventos; editais específicos; inserção em comitês; etc pode levar, mas não se restringir a (1) renovação de paradigmas nas ciências sociais brasileiras, passando por uma maior interlocução com saberes subalternizados, latino-americanos, periféricos e/ou diversos daqueles, historicamente objetificados pela própria disciplina; (2) um contraponto importante ao discurso obscurantista, conservador e antiacadêmico que agora, só agora, oprime também os olímpianos; (3) uma percepção mais realista dos impactos desse obscurantismo no Brasil profundo a fim de enfrentá-lo, de fato. Não fazendo notas de repúdio (já deu, gente... sério), mas articulando e acompanhando esses registros junto aos ministérios públicos dos estados e federal; polícias, entidades internacionais no âmbito dos direitos humanos e por aí vai. Não se trata de “dar uma fatia do bolo”, ou “aumentar a diversidade interna” de uma associação x, de um evento y ou de um comitê z. Não queremos o bolo, acreditem. Essa massa já solou faz tempo, e faz tempo que a gente avisa que as coisas se complicariam... Por aqui, os pastores já mandam na

política tem tempo, o agro não é pop, gênero é coisa proibida em sala de aula há anos,... tentamos avisar nos textos que não foram lidos, nas palestras que não foram assistidas e nas conversas que tivemos nos eventos nos quais vocês não estavam presentes porque estavam, justamente, preocupados em manter o bolo nos pratos em que sempre estiveram. Agora tá aí a solução, e ela é necessariamente periférica e reestruturante – e, por isso mesmo, não será ouvida, de novo.

## PRESTO

Mas afinal, o que significa fazer ciências sociais, em particular Antropologia, nestas margens? Sejam propositivos daqui por diante.

Àqueles que, como eu, foram educados em cursos acadêmicos ao longo dos anos 1990 e começo dos 2000, lembra-se bem do que se dizia a respeito do “estilo de antropologia brasileira”: estamos nós, brasileiros, próximos aos então chamados “objetos de pesquisa”, com os quais temos um compromisso político pela proximidade física e pela possibilidade de idas e vindas mais constantes do campo.

Engraçado como, visto retrospectivamente, não víamos o ludíbrio aí, em meio a essa visão tão descolada do que é, de fato, o papel da Antropologia em um país tão diverso, desigual e com a democracia tão frágil quanto a nossa. Aliás, entendo que essa perspectiva possa ser ampliada a outros contextos latino-americanos e *terceiro-mundistas* (uso aqui essa expressão com muito orgulho, consciente dos eufemismos vindos das metrópoles, como “países em desenvolvimento” ou “do sul”).

Primeiro problema: não há *uma* Antropologia Brasileira.

Há, sim, grupos hegemônicos, com maior visibilidade por razões históricas, estruturais, sociológicas ou mais mundanas (alguém que foi orientado por fulana, ou é amigo de beltrano, por exemplo). Contamos “a” história da “Antropologia brasileira” como se ela tivesse nascido no trópico de capricórnio nos anos 1930 e não tivesse tido, no século XIX, qualquer envolvimento com o racismo científico, ou com a eugenia no começo do século passado, por exemplo. “Tudo se passa como se” fosse uma trajetória única, heroica e sem lugar para a autocrítica.

Como já foi dito, nós, periféricos, temos um cotidiano bem diferente daquele, dos grandes centros capricornianos: temos que lidar com conservadorismos radicais em nosso dia-a-dia, inclusive dentro da academia. O obscurantismo é nosso cotidiano, não uma alternativa e dele não há escapatória. Somos nós, da periferia, laboratórios

de ultramodernidade e submetidos a toda espécie de colonialismo interno, inclusive epistemológico. Aliás, somos lembrados, também em uma base diária, dos riscos de sermos, nós mesmos, colonizadores, dado que o “objeto” dos outros são, aqui nas franjas do “sistema-mundo”: alunos, alunas, colegas, vizinhos e amigos. Nossas culturas, culinárias, temporalidades, cheiros, gostos e sentidos éticos e estéticos são, como diz a música, “macumba para turista” ou, *mutatis mutandis*, para antropólogos e antropólogas metropolitanos (ou metropolitanizados). “Ih, olha lá diversidade” – e tome *selfie* no mercado municipal comprando “coisa exótica” para levar na bagagem. Colonialismo 4.0, sem a padiola, a roupa cáqui ou o chapéu de coco...

Isso quer dizer que nossa única alternativa é “cancelar” a Antropologia, engatando em mais uma das críticas pós-modernas? No lugar das Ciências Sociais, a terra arrasada? O nada?

A ideia é, justamente, o oposto: uma antropologia diversa e adversa, não no sentido de conseguir conviver, simplesmente, com esses espaços fronteiriços mas, de forma radical, vindo a romper com a narrativa de que haja “uma” Antropologia, “um” estilo de Antropologia, uma “proximidade” com o “nativo”. Trata-se de ampliar o próprio conceito de Antropologia para a compreensão dessas antropologias – sem que sejam chamadas de “saberes” ou “cosmologias”, ou mesmo “periféricas”.

Não se trata apenas de um movimento epistemológico – o que, aliás, existe – mas de uma guinada epistemopolítica. Tenho chamado isso, recentemente, de “antropologia candiru”.

Explico.

Nós, nestas bandas amazônicas, não temos medo de jacarés ou onças. São bichos lindos, ficam bem em uma foto tirada enquanto passeamos de modo seguro em algum barco ou roteiro turístico bem protegidos: com guia, protetor solar e repelente. O que tememos são, ao contrário, o que não vemos. É aquele escorpião ou aranha armadeira dentro do sapato, o mosquito que transmite a malária (carapanã), uma ou outra entidade da floresta – como o mapinguari, cujo cheiro qualquer mateiro discerne de longe – ou o *Vandellia cirrhosa*, pequeno peixe da ordem dos bagres que entra pela uretra ou ânus durante banho de rios e, gradualmente, lhe devora por dentro: o candiru.

O que proponho são antropologias candirus. Algo pequeno, voraz, virtualmente invisível mas capaz de fazer estrago. Cada região tem seus candirus metafóricos, mas a ideia é sempre a mesma: a de um agir epistemopolítico invisível, canibal, radical e com poder de devorar as vísceras de um sistema acadêmico voltado para si mesmo, para a

manutenção do *status quo* de duas dúzias de pessoas e disposto a enfrentar inimigos com voracidade. A piranha, por exemplo, ataca quem já sangra: o candiru, não. Aliás, qualquer amazônida sabe como é difícil tirar um candiru uma vez que ele entra em algum desses lugares.

Hora de deixarmos de lado a Antropologia bem-comportada, cheirosinha, com roupa de coquetel de eventos acadêmicos (cada vez mais caros, diga-se) de um linguajar inacessível, de notas mornas e neutras jogadas em redes sociais que ninguém lê.

Uma antropologia candiru é borduna, é tecno-brega, é cachaça. Hora de parar de fingir que estamos em Paris, que nossas práticas se deem no éter e que autoritarismos deixam de existir por si mesmos. Nossa existência depende de antropologias que se entendam fronteiriças, caboclas, sertanejas, pretas, sem *wi-fi*, ar condicionado, esgoto tratado ou cobertura no ponto de ônibus. Hora de deixar de exotizar a fila do SUS, a falta de luz, o filho da empregada. Sem antropologias candirus, carapanãs, mapinguaris, seguiremos emulando saberes e práticas que bem serviam à Antropologia em contextos coloniais e que bem servem à *so-called* “Antropologia Brasileira” com a qual, convenhamos, ninguém de fato se identifica.

Como isso opera na prática? Hora de montar nossas redes, montar nossos eventos, usar e abusar dos instrumentos que o colonialismo nos emprestou, tornando a escassez irrelevante materialmente, passando a utiliza-la epistemicamente. Sim, temos que desnudar a lógica de um sistema acadêmico excludente e falar isso em fóruns específicos, nos quais possamos nos articular. Trata-se de pensar, também, outras linguagens: vídeos, *podcasts*, manifestos em canais específicos onde possamos dar visibilidade a esse tipo de angústias (chamar isso de “reflexão”, apenas, é cínico). Temos que nos citar mais, nos ligar mais, nos chamar mais.

Quantos textos produzidos no norte ou no nordeste, por exemplo, figuraram em sua última bibliografia de curso?...

Temos que nos apoiar mais, chamar nossas turmas para aulas casadas, chamar colegas de fora da academia para conversar, deixar de pensar apenas no *lattes*, ou nas inúmeras atribuições burocráticas que acumulamos, ou na falta de dinheiro, ou no desânimo, ou nas perseguições.

Não é a escassez que nos une. Essa é a forma como fomos ensinados, pelo colonialismo, a enxergar nossa própria realidade político-social-epistêmica. A periferia é tudo, menos terra arrasada – e, se é, não foi por nós.

## LUZES NO FIM DO TÚNEL

A quem não teve muita paciência de ler as páginas que foram escritas até aqui, vão aí algumas ideias a título de agenda, para que ajamos conjuntamente a partir destes espaços periféricos que nos ocupam.

Em primeiro lugar, que caiamos na real... hora de se aliar com gente das periferias e conversar com quem está no Norte, Centro Oeste e Nordeste, não se restringindo a quem tem as bênçãos da academia central... Todos sabemos que sempre as mesmas meia dúzia falam por nós, a partir de 3 ou 4 instituições acima da Bahia...

Em segundo lugar, que haja uma maior interlocução *com e sobre* a América Latina. Precisamos saber e discutir sociologia peruana, venezuelana, colombiana, boliviana... construir pontes entre nossas diversidades e, mais importante, nos reconhecemos na *latino-americanidade*. Nada mais tosco do que quem produz em meio a um fascismo crescente, a um conservadorismo torpe e a violência e obscurantismos cotidianos e segue agindo como se estivesse tomando um vinho às margens do Siena, discutindo qual a melhor tradução de Ulisses, de James Joyce. Uma ciência social é, antes de mais nada, socialmente informada e politicamente engajada *na e pela* prática. O propósito aqui é, justamente, dar conta de uma inquietação *epistemopolítica* típica da periferia: há a possibilidade de uma ciência social candiru? No que isso implica? Por “epistemopolítico” proponho algo que seja não apenas uma postura intelectual, mas política, também/sobretudo. A academia nos ensina que a objetividade científica é uma postura neutra, de distanciamento e analítica, ao contrário de uma postura política ou socialmente engajada. A proposta de um pensamento epistemopolítico é lidar com o pensamento enquanto ação (e vice-versa), juntando e misturando subjetividade, engajamento, reflexão, comprometimento: um pensar-agir crítico e reativo, como se não houvesse a separação sujeito/objeto tanto quanto não há a separação agir/pensar. Não se trata apenas de dizer que pensamento e ação estejam entrelaçados, mas algo mais radical, a partir do qual se toma parte com a realidade que nos atravessa em uma postura criativa e transformadora, em todos os sentidos. Não sou a primeira pessoa a propor isso, mas penso que desde as periferias – como o caso da Amazônia, mas não restrito a nós – uma postura epistemopolítica de cientistas sociais implique não apenas no combate ao racismo, ao fascismo, ao obscurantismo, ao conservadorismo e aos *status quo* mas, também, na própria ampliação e sublevação desses conceitos de baixo pra cima e pelo avesso.

Em terceiro lugar, temos que nos levar mais a sério. Precisamos parar de pensar que nossa produção tem apenas impacto local, a despeito do que digam pareceristas de fundações, periódicos e agências de fomento. Dito de forma crua, hora de achar que só



podemos fornecer experiências para serem analisadas pela academia central transformar em teoria; o que implica em ressignificar a própria noção de teoria e de Amazônia, nos termos propostos acima. Hora de abraçar o terceiro-mundismo e de nos assumirmos como América Latina profunda, entendendo a teorização como ato político, não deslocado da realidade mas como contraponto a retórica bem comportada e passiva abraçada pela academia localizada no trópico de Capricórnio.

Isso não significa, como indicam pensadoras e pensadores decoloniais, jogar fora esse conhecimento, mas sim um movimento de olhar para o lado... começar a nos citar mais, conversarmos mais, nos integramos mais em termos de programas de disciplinas, eventos, seminários, etc.

Ou seja: hora da montar dossiês em parceria, prestigiar nossas revistas, nossos eventos e ter diálogos próprios e em outros termos... isso significa (1) sair do que a academia propõe... pensar *podcasts*, vídeos, criações coletivas e artísticas – e sim, incorporar essas novas linguagens como nossas fontes... não é porque algo não sai publicado em uma revista *Qualis A1* que ela deve ser descartada... tem muita gente boa tocando luta social e descolonizando a academia no *twitter*, *youtube*, *instagram*, *facebook* (alguém ainda usa *facebook*?!), *tik tok*, e (2) sair da própria academia... não é porque alguém não tem diploma ou doutorado (ou que não escreva em inglês, francês ou em português seguindo a norma culta) que seu conhecimento deve ser, simplesmente, relegado a segundo plano.

Fato é que, independente do que acontecer daqui para a frente, nossas elites locais seguirão sendo de extrema direita, reacionárias e violentas. Nada de novo no *front*, sabemos bem. Seguiremos tendo poucos espaços para discussão se tocarmos as coisas como sempre tocamos. No fim do dia, a gente só pode contar uns com os outros e com as outras. A única forma de lidar com nossa escassez cotidiana é criando e reforçando alianças e tornando essa falta de tudo frente a um cenário apocalíptico uma profusão de ideias a serem ecoadas por nós mesmos. Hora de a Amazônia, a nossa Amazônia existir em outros termos, mais originais e radicais - e nossos.